

**CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS TRANSFRONTEIRIÇOS
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
ATA DA 34ª REUNIÃO**

Data: 06 de julho de 2006, das 10h45 às 18h30.

Local: Sala de Reuniões do Bloco M da ANA (Agência Nacional de Águas), situada no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 3, em Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Celina X. de Mendonça (celina.mendonca@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/ANA: Jorge Thierry Calasans (thierry@ana.gov.br);
- Ministério dos Transportes: Wilson do Egito Coelho Filho (wilson.egito@transportes.gov.br);
- Ministério das Cidades: Sônia Lúcia dos Reis Alves (sonia.alves@cidades.gov.br);
- Ministério das Relações Exteriores: Bernardo Paranhos Velloso (bernardo@mre.gov.br);
- Ministério da Ciência e Tecnologia: Jaime Felício Paulo (jpaulo@mct.gov.br);
- Ministério das Minas e Energia: Christian Haddad Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
- Ministério da Justiça: Carlos Hugo Suarez Sampaio (hugo.suarez@mj.gov.br);
- Ministério do Turismo: Mariana Leite Xavier (segmentos@turismo.gov.br);
- Ministério da Defesa: Marco Aurélio Guimarães (adj3saei1@eme.eb.mil.br);
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Marcelo Barbosa Sampaio (marcelo@seap.gov.br);
- Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Maria Amélia Machado Vieira Sondermann (amelia@furnas.com.br);
- Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Cláudio Ramos Floriani Jr. (cfloriani@casan.com.br);
- Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Mauri Cesar Barbosa Pereira (mauri.pereira@terra.gov.br);
- Organizações Não-Governamentais: Antônio P. Soler (solsoler@ig.com.br);
- Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Joel A. Goldenfum (joel@iph.ufrgs.br);

CONVIDADOS:

- Ministério do Meio Ambiente: Cláudia Della Piazza Grossi (claudia.grossi@mma.gov.br);
- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Márcio R. Magalhães Bessa (marcio.bessa@mma.gov.br);
- Agência Nacional de Águas: Oscar de Moraes Cordeiro Netto (oscar@ana.gov.br);
- Agência Nacional de Águas: Ariadne Mansú de Castro (ariadne.castro@ana.gov.br);
- Agência Nacional de Águas: Eldis Camargo (eldis.camargo@ana.gov.br);
- Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidades.gov.br);
- Ministério das Relações Exteriores: Cícero Tobias de Oliveira Freitas (ctfreitas@mre.gov.br);
- Ministério da Defesa: Antônio Joaquim Gonçalves Moreira (email@brturbo.com);
- Administração da Hidrovia do Paraguai: Antônio R. Vasconcelos Filho (antonio@ahipar.gov.br);
- Universidade Federal Acre - Parque Zoológico: Vera Lúcia Reis (vlreis.to@uol.com.br);
- Furnas Centrais Elétricas S/A: Gilney de Oliveira Vilarim (vilarim@furnas.com.br);
- Furnas Centrais Elétricas S/A: Dráusio de Freitas Belote (drausio@furnas.gov.br);

RELATORIA:

- Ministério do Meio Ambiente/SRH: Marco Antônio Amorim (marco.amorim@mma.gov.br).

Às 10h45 do dia 06 de julho de 2006, o Sr. Bernardo Velloso, Presidente da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT, deu início à 34ª Reunião da referida Câmara do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH. **Item 1 - Abertura:** O Sr. Bernardo Velloso saudou os presentes e justificou que a grande lacuna entre a 33ª e a 34ª Reunião da CTGRHT teria sido motivada pela realização de grandes eventos internacionais no Brasil no início do ano, especificamente o MOP-3 e a COP-8, e também pelo processo de renovação da composição do CNRH, que provocou adiamento de reunião previamente agendada. Manifestou o prazer em

55 realizar a reunião nas dependências da Agência Nacional de Águas, e destacou que todos os
56 representantes da CTGRHT estavam presentes à reunião. O Sr. Bernardo Velloso solicitou a
57 apresentação de cada um dos presentes e, posteriormente, motivado pela presença do Sr. Oscar
58 Cordeiro, Diretor da Agência Nacional de Águas, propôs uma inversão de pauta, visando discutir o
59 Item 6 logo após o Item 2. Com a aceitação da inversão de pauta, a reunião prosseguiu ao **Item 2 -**
60 *Aprovação da Ata: 33º Reunião da CTGRHT*: a ata foi aprovada com alterações e inserção de um
61 registro sobre a breve apresentação que a Sra. Cláudia Grossi realizou na reunião anterior a respeito
62 das discussões em curso no âmbito do Mercosul e do GT6, referentes à temática dos recursos
63 hídricos. Seguindo a inversão de pauta, passou-se ao **Item 6 - Discussão da questão da outorga de**
64 *uso de recursos hídricos em lagos, reservatórios e rios fronteira e transfronteiriços*: O Presidente
65 da CTGRHT resgatou que esta matéria havia sido introduzida na Câmara Técnica pela Agência
66 Nacional de Águas que realizou apresentações com embasamentos técnicos sobre o assunto, e
67 passou a palavra ao Sr. Oscar Cordeiro. O Sr. Oscar iniciou sua fala manifestando a satisfação da
68 Agência Nacional de Águas em receber a CTGRHT e dele próprio estar participando da reunião,
69 informando que acompanha a Câmara Técnica através dos seus representantes e como Conselheiro
70 Suplente do CNRH. Continuou sua fala apontando que a Agência Nacional de Águas tem emitido
71 outorgas em rios transfronteiriços considerando os critérios normalmente utilizados para os rios
72 interiores, porém respeitando o direito de cada país em decidir sobre o uso dos seus recursos e
73 também avaliando os possíveis impactos sobre os países a jusante. Segundo ele, de acordo com o
74 que já foi discutido na CTGRHT, faz-se necessário ter uma normativa mais específica para esta
75 questão e, assim, a Superintendência de Outorga e Fiscalização da Agência Nacional de Águas está
76 elaborando uma minuta de Resolução seguindo as proposições apresentadas pela CTGRHT. Esta
77 minuta ainda não passou pela Procuradoria Geral nem pela Diretoria Colegiada da Agência
78 Nacional de Águas, mas, em curtíssimo prazo, e se possível na próxima reunião da CTGRHT, será
79 apresentada a versão final desta Resolução para manifestações da Câmara Técnica. Adiantou que,
80 do ponto de vista técnico, nesta Resolução serão incorporados os princípios de avaliação
81 quantitativa e qualitativa que têm norteado as outorgas da Agência Nacional de Águas e também
82 serão citadas as especificidades hidrológicas, no que diz respeito à produção de água na bacia, e as
83 especificidades geográficas, no que diz respeito à localização da bacia, se a montante ou a jusante
84 de um país vizinho. O Sr. Oscar Cordeiro encerrou sua fala agradecendo a oportunidade e colocou-
85 se à disposição da CTGRHT para esclarecimentos. O Sr. Bernardo Velloso agradeceu ao Sr. Oscar
86 Cordeiro e abriu a palavra para manifestações dos presentes. O Sr. Marcelo Sampaio parabenizou a
87 iniciativa da Agência Nacional de Águas e solicitou que o encaminhamento da minuta de Resolução
88 se desse de forma prévia à realização da próxima Reunião da CTGRHT. O Sr. Oscar Cordeiro se
89 comprometeu em, uma vez consolidada a visão da Agência Nacional de Águas, encaminhar a
90 Resolução imediatamente à CTGRHT. Por fim, o Sr. Bernardo Velloso destacou a valorização da
91 CTGRHT em função da Agência Nacional de Águas incluir a Câmara Técnica como partícipe da
92 tomada de decisão de matéria que é de competência da própria Agência. Seguiu-se ao **Item 3 -**
93 *Informes Gerais*: O Sr. Bernardo Velloso prestou breve relato sobre o IV Fórum Mundial da Água
94 realizado no período de 16 a 22 de março de 2006, no México. Destacou que a delegação brasileira
95 foi chefiada pelo Sr. Cláudio Langone, Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente, e foi
96 integrada por representantes do Ministério do Meio Ambiente, entre eles o Secretário de Recursos
97 Hídricos Sr. João Bosco Senra, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da
98 República, do Itamaraty, da Agência Nacional de Águas, da Agência Nacional de Energia Elétrica,
99 da Itaipu Binacional, de Governos Estaduais, de Empresas de Abastecimento de Água e
100 Saneamento, de Universidades e de Organizações Não-Governamentais que colaboraram para
101 participação ativa do Brasil no evento. O IV Fórum Mundial da Água foi estruturado em torno de
102 cinco eixos temáticos: 1) água para o desenvolvimento; 2) instrumentalização para gestão integrada
103 de recursos hídricos; 3) água e saneamento para todos; 4) aplicação de ciência e tecnologia; e 5)
104 estabelecimento de metas, monitoramento e avaliação da implementação. Salientou que o evento
105 não foi uma reunião intergovernamental, e sim uma reunião mista com participação governamental
106 e não-governamental. Serviu para troca de experiências, para a atualização de conhecimento e para
107 o intercâmbio de informações entre os atores participantes, resultando no aprofundamento do
108 conhecimento internacional sobre o estado em que se encontram os diversos atores e regiões em

109 matéria de recursos hídricos. Do Fórum extraiu-se que tanto as instituições públicas quanto as
110 instituições privadas e a sociedade civil têm papel fundamental na gestão dos recursos hídricos. O
111 cumprimento das Metas do Milênio foi tema recorrente nas discussões, assim como o direito
112 humano à água. No evento, o Brasil apresentou o seu Plano Nacional de Recursos Hídricos, o qual
113 incorpora os princípios da gestão descentralizada e participativa, dando cumprimento ao
114 compromisso assumido na Cúpula de Joannesburgo e colocando o País em posição de vanguarda
115 mundial com relação à gestão de recursos hídricos. Foi assinada pelos representantes ministeriais da
116 América Latina e União Européia a Declaração Conjunta sobre a implementação da associação
117 estratégica das duas regiões em matéria de água e saneamento. O Sr. Bernardo Velloso encerrou o
118 informe lamentando a ausência do Sr. André Misi (Ministério das Relações Exteriores), que era
119 quem prestaria o informe sobre o IV Fórum Mundial da Água, e solicitou que mantivesse o assunto
120 na pauta da próxima Reunião da CTGRHT. O Sr. Cláudio Floriani solicitou que o *release* que
121 auxiliou o Sr. Bernardo Velloso no informe fosse disponibilizado e propôs que o Secretário de
122 Recursos Hídricos fizesse, na CTGRHT, um relato da participação mais voltada à parte técnica da
123 gestão de recursos hídricos e contou com a concordância da Presidência da Câmara Técnica que
124 faria a consulta ao Sr. João Bosco Senra. Antes do próximo informe, o Sr. Bernardo Velloso
125 registrou a substituição da Sra. Ana Maria Alves pelo Sr. Marco Antônio Amorim na relatoria da
126 CTGRHT e aproveitou para manifestar agradecimento ao esforço da Sra. Ana Maria Alves nos
127 trabalhos da Câmara Técnica, destacando a atenção que ela dispensava aos seus representantes, e
128 desejou boas vindas ao novo relator. O Sr. Marco Antônio Amorim apresentou e distribuiu, para
129 conhecimento e comentários dos representantes da CTGRHT, versão impressa da prova gráfica do
130 Glossário de Termos Referentes à Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços. Os
131 representantes da Câmara Técnica solicitaram o envio por *e-mail* do documento apresentado, e
132 tendo havido questionamentos a pontos do Glossário, foi decidido que os representantes da Câmara
133 Técnica deveriam apresentar seus comentários até o dia 31 de julho de 2006, visando a aprovação
134 do Glossário na próxima reunião da CTGRHT. O Sr. Cláudio Floriani agradeceu a “Aninha” pela
135 dedicação e zelo nos trabalhos da CTGRHT e desejou boas vindas ao novo relator. O Sr. Antônio
136 Vasconcelos prestou informe sobre o andamento das atividades do Grupo de Trabalho para a Gestão
137 Compartilhada da Bacia Transfronteiriça do Rio Apa (GT do Apa). Destacou que foi verificada a
138 necessidade de envolver os prefeitos locais com o tema da gestão do Rio Apa, tendo sido
139 constituída uma comissão para visitá-los. Entretanto, em função da falta de recursos, as visitas antes
140 agendadas para o período de 13 a 17 de fevereiro de 2006 não foram realizadas. Comprometeu,
141 porém, em realizar estas visitas em, no máximo, 30 dias. A partir da colaboração dos prefeitos
142 espera-se dar continuidade aos trabalhos e realizar sua consolidação. O Sr. Mauri Cesar Pereira
143 destacou que, além de movimentar os atores da bacia, o GT do Apa tem que apresentar os seguintes
144 produtos: i) preparar Seminário Técnico Internacional sobre a Gestão Transfronteiriça da Bacia
145 Hidrográfica do Rio Apa a partir da assinatura do Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento
146 Sustentável e Gestão Integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa; ii) elaborar termos de referência
147 do plano de manejo de recursos transfronteiriços da bacia do Rio Apa; e iii) fazer folheto
148 informativo do perfil da bacia. Os trabalhos estão em andamento mas não estão concluídos e, sendo
149 assim, solicitou a continuidade do GT do Apa até a conclusão destes produtos. Havendo a
150 concordância dos representantes da CTGRHT, o GT do Apa foi prorrogado até 23 de setembro de
151 2006. Para o próximo informe o Sr. Bernardo Velloso apresentou o Sr. Cícero Freitas (Ministério
152 das Relações Exteriores) que informou que as negociações para a assinatura do Acordo do Rio Apa
153 estão em estágio final e a previsão é que em futura visita do Ministro Celso Amorim (Ministério das
154 Relações Exteriores) à Assunção/Paraguai, em agosto de 2006, tanto o Acordo do Rio Apa quanto o
155 Estatuto da Comissão Mista deverão ser assinados. A Sra. Cláudia Grossi indagou sobre as
156 providências que estão sendo tomadas quanto às acusações do Ministro do Paraguai no que se refere
157 à tomada ilegal de água no lado brasileiro. O Sr. Cícero Freitas informou que em diálogo realizado
158 entre as Partes foram acordadas operações conjuntas de gestão na região transfronteiriça.
159 Mencionou também que técnicos do IBAMA sobrevoaram a região do Apa para verificar a
160 veracidade das denúncias paraguaias e localizar as captações ilegais, coletando subsídios para
161 futuras operações repressivas. O Sr. Mauri Cesar Pereira sugeriu a presença da Agência Nacional de
162 Águas e dos órgãos licenciadores ambientais no local para verificar tais denúncias. O Sr. Jorge

163 Thierry manifestou que, havendo formalização das denúncias de usos irregulares das águas do Rio
164 Apa, a Agência Nacional de Água adotaria as providências necessárias, incluindo fiscalização *in*
165 *situ*. O Sr. Bernardo Velloso salientou que este assunto está com envolvimento dos órgãos
166 competentes dos dois países e foge à competência da CTGRHT. Para ele, o Acordo a ser assinado
167 formará um fórum bilateral adequado para tratar estes conflitos. Por último, o Sr. Cláudio Floriani
168 informou que um novo secretário assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável em Santa
169 Catarina e também assumiu uma nova diretora de recursos hídricos e a expectativa é trabalhar com
170 maior celeridade a questão dos recursos hídricos no estado. **Item 4 - Discussão da Oficina -**
171 *Aspectos Legais e Ações Estratégicas para a Gestão Compartilhada da Bacia Trinacional do Rio*
172 *Acre - Brasil, Peru e Bolívia*: O Sr. Bernardo Velloso resgatou a matéria, destacando o enorme
173 interesse da Região MAP nas questões referentes à gestão de recursos hídricos e também na busca
174 de soluções para os problemas locais. Destacou que o diálogo comum sobre a região de fronteira é
175 levado adiante pela Iniciativa MAP que, em função da sua capacidade de mobilização social,
176 consegue repercutir suas ações no âmbito do governo dos três países. Passou a palavra à Sra. Vera
177 Reis que, primeiramente, realizou os seguintes agradecimentos: i) ao convite para participar da 34ª
178 Reunião da CTGRHT; ii) a participação de alguns representantes da CTGRHT na Oficina; e iii) a
179 colaboração que a Agência Nacional de Águas tem dado à Iniciativa MAP. Continuou relatando que
180 a Oficina foi realizada em Epitaciolândia nos dias 9, 10 e 11 de maio de 2006, oportunidade em que
181 foram abordados e discutidos os aspectos legais que regem a gestão de recursos hídricos; o processo
182 histórico evolutivo do MAP (fórum de articulação social de representação dos três países); as ações
183 em execução pelas instituições de pesquisa e pelos governos locais; e as reivindicações sociais
184 existentes na região. O objetivo foi promover o intercâmbio de experiências entre organizações que
185 atuam na região da Bacia do Rio Acre com a finalidade de facilitar a articulação das instituições
186 brasileiras, peruanas e bolivianas, visando desenvolver mecanismos que possibilitem a gestão
187 compartilhada da bacia. Como coordenadora da Oficina, a Sra. Vera Reis avaliou que os resultados
188 foram positivos, sendo importantes para a continuidade dos trabalhos de mobilização e articulação
189 dos movimentos sociais, dos governos e das instituições de pesquisa vinculados ao processo. Como
190 fruto da Oficina foi gerado o documento “Recomendações para a Implementação da Gestão
191 Compartilhada da Bacia Transfronteiriça do Rio Acre” (Anexo I) que, entre outros, recomenda a
192 criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da CTGRHT que auxilie no fomento da articulação
193 regional para as ações de gestão na bacia e contribua para a instalação do Organismo
194 Transfronteiriço de Bacia. A Sra. Vera Reis finalizou sua fala convidando as instituições presentes a
195 participarem do Grupo de Trabalho. O Sr. Bernardo Velloso agradeceu a exposição e disse que via
196 como positivo o que estava sendo realizado localmente pela Iniciativa MAP. Para ele, a
197 contribuição que a CTGRHT poderia proporcionar seria a articulação de um marco legal e
198 institucional multilateral para embasar as iniciativas sociais realizadas na região de fronteira e
199 também para proporcionar maior colaboração entre os três países para a gestão compartilhada da
200 bacia. O Sr. Cláudio Floriani cumprimentou a Sra. Vera Reis pelo esforço na realização da Oficina
201 e apontou que cabe à CTGRHT a criação de um Grupo de Trabalho para tratar da gestão
202 compartilhada da bacia trinacional do Rio Acre do lado brasileiro e as outras demandas do
203 documento seriam tarefas deste Grupo de Trabalho. Para ele, este Grupo de Trabalho
204 institucionalizaria o processo da Iniciativa MAP. A Sra. Sônia Alves ponderou sua preocupação
205 com o saneamento local e a necessidade de desenvolver uma nota técnica com diretrizes para o
206 saneamento e outras políticas urbanas na região de fronteira, assim como desenvolver um banco de
207 dados para subsidiar e acompanhar as políticas de saneamento na fronteira, cujas ações estão
208 pulverizadas em vários Ministérios. O Sr. Mauri Cesar Pereira manifestou surpresa com a ação
209 articulada, mobilizada e contundente na bacia Amazônica e apóia a criação do primeiro Grupo de
210 Trabalho da CTGRHT voltado para esta região, com a função de auxiliar e avançar os trabalhos da
211 Iniciativa MAP. Defendeu, entretanto, que para criação do Grupo de Trabalho seria necessária a
212 elaboração prévia de um Plano de Trabalho com os objetivos básicos, as atividades, os produtos e
213 os prazos de execução dos trabalhos. A Sra. Celina Mendonça concordou com o Sr. Mauri Cesar
214 Pereira e apontou que o Grupo de Trabalho, no âmbito da CTGRHT, teria a finalidade de trabalhar
215 um Acordo de Cooperação nos moldes do que foi realizado no caso da gestão compartilhada do Rio
216 Apa. Assim, o Grupo de Trabalho elaboraria uma Minuta de Acordo que, após aprovação no

217 CNRH, seria encaminhado ao Itamaraty para negociações entre os países interessados. O Sr. Jorge
218 Thierry indagou a Sr. Vera Reis sobre quem da Agência Nacional de Águas havia participado da
219 Oficina, sendo informado que a advogada ambiental Sra. Eldis Camargo esteve presente e
220 colaborou com a realização do evento. Foi solicitada a presença da Sra. Eldis Camargo que
221 destacou que as ações no MAP surgiram de baixo para cima, de forma organizada e que agora os
222 atores demandam alguma forma de legitimação das suas ações. Na sua opinião, um possível Acordo
223 deveria abordar o quantitativo de retirada de água de cada país. O Sr. Bernardo Velloso ponderou
224 que as recomendações da Oficina abrangem duas esferas de atuação: i) uma nacional; e outra ii)
225 internacional. Esclareceu que a CTGRHT trata de ações na esfera nacional e assim a tarefa de
226 instalar um Organismo Transfronteiriço de Bacia, que seria uma entidade internacional, não é algo
227 que resulta dos trabalhos da CTGRHT, que poderia apenas sugerir-lo às instâncias competentes do
228 Governo. Concordou que as ações do MAP precisam de um respaldo legal, principalmente por
229 envolver três países, e resgatou a fala da Sra. Celina Mendonça, dizendo que ela tem razão quando
230 aponta o que a CTGRHT pode fazer: criar marco institucional para continuidade das ações da
231 Iniciativa MAP. Por fim, apoiou a sugestão do Sr. Mauri Cesar Pereira de elaboração prévia de um
232 Plano de Trabalho antes da criação do Grupo de Trabalho. A Sra. Vera Reis apontou que o Plano de
233 Trabalho é uma preocupação da Iniciativa MAP e, na sua visão, o Grupo de Trabalho auxiliaria na
234 elaboração do mesmo. Salientou que as atividades da Iniciativa MAP esbarram em questões de
235 soberania nacional e de aspectos institucionais legais e, assim, algumas ações estão paradas por falta
236 de diretrizes de como a Iniciativa MAP deveria proceder para o andamento do processo. O Sr.
237 Carlos Hugo Suarez manifestou a opinião de criar, de imediato, um Grupo de Trabalho para traçar o
238 Plano de Trabalho. Por sua vez, o Sr. Cláudio Floriani se posicionou a favor da elaboração prévia
239 do Plano de Trabalho. Encerrados os debates do Item 4, os trabalhos foram interrompidos às 14h00.
240 A reunião foi retomada às 15h30 com os encaminhamentos referentes ao Item 4. Definiu-se pela
241 criação de uma comissão, composta pela Sra. Vera Reis, pelo Sr. Mauri César Pereira, pela Sra.
242 Celina Mendonça e pelo Sr. Carlos Hugo Suarez, com a função de elaborar um Plano de Trabalho
243 para Gestão da Bacia do Rio Acre. O Plano de Trabalho seria apresentado na próxima reunião da
244 CTGRHT, a partir do qual seria definida a instituição do Grupo de Trabalho para Gestão da Bacia
245 do Rio Acre. A Sra. Vera Reis mostrou satisfação com o encaminhamento, apontando que era
246 justamente o apoio buscado e passava a se sentir mais confortável para apresentar o Plano de
247 Trabalho. O Sr. Bernardo Velloso finalizou a discussão do item, destacando a importância do
248 diálogo entre a Iniciativa MAP e as outras instituições presentes na CTGRHT. **Item 5 -**
249 *Apresentação e discussão da Proposta de Resolução modificando o inciso III do Artigo 2º da*
250 *Resolução CNRH nº 10 de 21 de junho de 2000:* O Sr. Bernardo Velloso solicitou que o relator da
251 matéria apresentasse a nova minuta da proposta de resolução de modificação do inciso mencionado
252 no item 5 da pauta. O Sr. Christian Govastki leu a minuta que, segundo ele, contemplava a
253 solicitação da ata anterior que era apresentar “novos considerandos de forma a explicitar de forma
254 plausível e coerente a necessidade de modificação da resolução”. Por fim, solicitou a aprovação da
255 minuta para posterior encaminhamento ao CNRH. Após debates, foram propostas alterações ao
256 texto e sua versão final encontra-se no Anexo II desta ata. O Sr. Antônio Soler manifestou
257 preocupações quanto à redação do terceiro “considerando” da minuta de resolução, argumentando
258 que a gestão por bacia hidrográfica é um dos fundamentos da Política Nacional de Recursos
259 Hídricos e, assim, o terceiro “considerando” feria a Lei nº 9.433/97. Desta forma, sugeriu incluir um
260 “considerando” ratificando a unidade de planejamento de recursos hídricos e outro mencionando a
261 integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental. O Sr. Carlos Hugo Suarez
262 considerou desnecessária a inclusão dos “considerandos” em função destes conceitos estarem
263 presentes na Lei nº 9.433/97 e que a alteração na resolução é apenas para dizer que a bacia não é
264 transfronteiriça. Por sua vez, o Sr. Cláudio Floriani explicou que a ideia da mudança da resolução é
265 somente limitar a atuação da CTGRHT na parte da bacia do lado do território brasileiro e não em
266 toda a bacia de contribuição. O Sr. Antônio Soler perguntou então como a proposta apresentada no
267 terceiro “considerando” da minuta se encaixaria na Lei nº 9.433/97. Por sua vez, o Sr. Marcelo
268 Sampaio mencionou que nada que a CTGRHT fizer repercutirá em outro país e, desta forma, vê
269 como inócua e sem efeito jurídico o terceiro “considerando”, propondo sua supressão. O Sr.
270 Bernardo Velloso esclareceu que o conceito de bacia transfronteiriça não é adotado em acordos de

gestão compartilhada sob pena de abranger uma extensão territorial que não é a faixa de fronteira. Para ele, como o §2º do art. 39 da Lei nº 9.433/97 faz referência a *bacias de rios fronteiriços e transfronteiriços*, e não a *bacias tranfronteiriças* como é a redação atual da Resolução CNRH nº 10, o texto do terceiro “considerando” da minuta não alteraria o fundamento da bacia hidrográfica como unidade de gestão preconizada pela Lei nº 9.433/97, e sim caracterizaria como transfronteiriço o rio e não a bacia. Sendo assim, o terceiro “considerando” esclareceria a limitação à faixa de fronteira para atuação da CTGRHT e também para os futuros acordos a serem discutidos. Como não havia discordância na necessidade de alteração do inciso III do art 2º da Resolução CNRH nº 10, e sim nas implicações do terceiro “considerando” da minuta, o encaminhamento acordado foi de solicitar à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL uma avaliação jurídica no intuito de verificar se a redação dos “considerandos” fere a Lei nº 9.433/97 e/ou se haveriam sugestões alternativas para os mesmos. Após esta avaliação jurídica da CTIL, a minuta retornaria para a CTGRHT antes de ser submetida à aprovação pela Plenária do CNRH. O Sr. Mauri Cesar Pereira manifestou que não achava a discussão sobre a alteração da resolução relevante para o segmento que representa, embora visse esta questão como uma preocupação para as relações internacionais e, assim, respeitava todas as opiniões emitidas. **Item 7 - Avaliação da execução do Plano de Trabalho da CTGRHT e elaboração da agenda de trabalho para 2006:** O Sr. Bernardo Velloso lembrou aos presentes que a realização de um relatório com subsídios para avaliação da execução do Plano de Trabalho 2005 (Anexo III) foi uma demanda dos próprios representantes da CTGRHT na reunião anterior. O Sr. Marco Antônio Amorim realizou uma breve apresentação do Relatório de Atividades destacando que as matérias com a numeração I, II, III, IV e VI estão na pauta da CTGRHT, tendo sido, inclusive, abordadas nesta reunião. Por sua vez, as matérias com numeração V, VII, VIII e IX ainda não fizeram parte da pauta das reuniões da CTGRHT. O Sr. Bernardo Velloso observou que a maioria das matérias do Plano de Trabalho estão sendo discutidas, e que elas são caracterizadas por sua complexidade, mas que a cada reunião tem-se obtido avanços. Como encaminhamento e para a seqüência dos trabalhos no ano 2006, o Presidente da CTGRHT sugeriu que as matérias ainda não esgotadas continuem em pauta, sendo acrescidas daquelas que não foram abordadas mas que sejam de interesse dos representantes da CTGRHT, sendo mencionados: i) a apresentação dos resultados das matérias VIII e IX; ii) a gestão da região do Peperi-Guaçu e Santo Antônio; iii) a relação das águas transfronteiriças com a gestão das zonas úmidas com o Uruguai; iv) a discussão da oficina do PNRH; v) a nota técnica com diretrizes para o saneamento e outras políticas urbanas na região de fronteira; e vi) o aperfeiçoamento do Glossário. O Sr. Antônio Soler solicitou que a questão da Lagoa Mirim fosse priorizada na próxima reunião da CTGRHT pois a Moção é de dois anos atrás. O Sr. Joel Goldenfum colocou-se à disposição para apresentar os resultados dos projetos realizados em conjunto entre o IPH e a DNH envolvendo a Bacia do Rio Quaraí. O Sr. Mauri Cesar Pereira apontou que a região do Quaraí evoluiu bastante nos estudos e na gestão dos recursos hídricos e, sendo assim, seria interessante a CTGRHT conhecê-los, pois podem servir de modelo para outras regiões. O Sr. Cláudio Floriani sugeriu a participação nas reuniões anuais do Fórum Nacional de Comitês de Bacia para apresentação dos trabalhos da CTGRHT. O Sr. Bernardo Velloso sugeriu ainda que até a última reunião da CTGRHT no ano de 2006 seja aprovado um Plano de Trabalho para 2007, sendo que para isto será criado um Grupo de Trabalho na próxima reunião da CTGRHT. Por fim, o Sr. Bernardo Velloso sinalizou para a realização de mais duas ou três reuniões da CTGRHT até o final do ano de 2006. Passou-se ao **Item 8 - Avaliação da Proposta de Seminário “Aspectos da Gestão Transfronteiriça das Bacias Hidrográficas: i) casos dos Rios Paraná III (Brasil-Paraguai); e ii) Peperi-Guaçu e Santo Antônio (Brasil-Argentina)”**, em Foz do Iguaçu: O Sr. Bernardo Velloso solicitou que o Sr. Mauri Cesar Pereira apresentasse a proposta do Seminário para conhecimento e aprovação da CTGRHT (Anexo IV). O Sr. Mauri destacou a importância do evento em estimular o início das discussões da gestão compartilhada de recursos hídricos entre Brasil e Argentina. O Seminário, que está previsto para ser realizado em Foz do Iguaçu-PR, contaria com uma visita técnica de campo e seria parte integrante da 35ª Reunião da CTGRHT. O Sr. Bernardo Velloso manifestou que a realização do Seminário é pertinente não só pelo assunto a ser tratado, o qual encontra-se na CTGRHT há dois anos, mas também por considerar ser estratégica a realização de reuniões da Câmara Técnica fora de Brasília-DF. Havendo concordância com a realização do evento, ficaram acordadas as seguintes datas alternativas para realização do Seminário

325 e da 35ª Reunião da CTGRHT: i) período 31/08 a 02/09 e ii) período 04/09 a 06/09. **Item 9 -**
326 *Apresentação: “Programa de Treinamento Internacional em Gestão de Recursos Hídricos*
327 *Transfronteiriços” - Relato de Participação: Sra. Celina Xavier de Mendonça (SRH/MMA):* A
328 reunião prosseguiu com a apresentação da Sra. Celina Mendonça a respeito do programa de
329 treinamento, do qual participou (Anexo V). O programa, aberto prioritariamente aos países em
330 desenvolvimento, foi realizado durante duas semanas na África do Sul, em março/2006, e uma
331 semana na Suécia, em maio/2006, sob a promoção da *Swedish International Development*
332 *Cooperation Agency - SIDA*, da *Ramboll Natura* e da *Sweden International Water Institute - SIWI*.
333 A Sra. Celina Mendonça primeiramente comentou as palestras que foram ministradas no programa
334 e posteriormente mostrou o estudo de caso da gestão do Rio Apa que ela apresentou no curso,
335 destacando os desafios para gestão, a atuação dos diversos atores e os próximos passos a realizar.
336 Foi solicitado que a Sra. Celina Mendonça disponibilizasse aos demais representantes da CTGRHT
337 o material pertinente ao Programa de Treinamento. Finalizando a reunião, o Sr. Marcelo Sampaio
338 retornou à questão do Acordo do Rio Apa, manifestando interesse em conhecer o teor do Acordo
339 que está em negociação. Sua preocupação era viabilizar a participação da Secretaria de Aquicultura
340 e Pesca na Comissão prevista no acordo. O Sr. Bernardo Velloso mencionou que o Acordo não é
341 um documento público até que seja assinado, entretanto, informou ao Sr. Marcelo Sampaio que não
342 há nada no documento que determine, *a priori*, os integrantes governamentais que participarão da
343 Comissão. Esclareceu que acordos são elaborados em termos genéricos para que sejam evitados
344 novos trâmites diplomáticos para realização de mudanças necessárias à dinâmica do processo. Por
345 fim, corroborando com o Sr. Marcelo Sampaio, o Sr. Antônio Soler solicitou que fosse enviado a
346 todos os representantes da CTGRHT o texto do Acordo do Rio Apa. O Sr. Bernardo Velloso ficou
347 de verificar a possibilidade de atendimento desta demanda. Nada mais sendo tratado, a reunião foi
348 encerrada às 18h30 e segue assinada pelo presidente e pelo relator.

349

350

351

352

Bernardo Paranhos Velloso
Presidente

Marco Antônio Amorim
Relator